

Senado vai ceder à pressão por empréstimos

Teresa Navarro, Katia Guimarães, Elmar Meurer e Paulo Emílio*
de São Paulo, Brasília, Florianópolis e Recife
(Continuação da página A-1)

São Paulo é um dos prejudicados porque está para fechar financiamentos para três obras (extensão do metrô, reforma de cortiços e recuperação de rodovias) num total de US\$ 1,2 bilhão com o BID e o Bird, incluindo a contrapartida do governo.

A mobilização, no entanto, já envolve mais cinco estados, segundo o governador de Santa Catarina, Espiridião Amin: Minas, Goiás, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Amim diz estar confiante que até a próxima semana a resolução será alterada. "O seu artigo 16 é um equívoco e tenho certeza que o Senado vai corrigi-lo para que nenhum estado seja prejudicado", diz o governador que tem aprovado pelo BID um empréstimo de US\$ 150 milhões para recuperação de rodovias.

Os governadores buscam uma solução política, que envolva a União, mas utilizam um argumento jurídico para defender sua tese. Dizem que a resolução nº 68 do Senado, que traz a exigência, vai além da Lei de Responsabilidade Social, o que significa ultrapassar a sua função de simples re-

guladora. Os dois pontos mais contestados pelos estados, segundo Dall'Acqua, são a proibição de contrair empréstimos se houver dívidas de precatórios judiciais e a data limite para o fechamento de contrato, que na resolução encerra em 30 de abril.

Lúcio Alcântara diz que a negociação para mudar estes dois pontos foi fechada e consta no projeto de resolução que será apresentado por ele ao Senado. No novo texto, os governos estaduais poderão pegar empréstimos até seis meses antes das eleições, como na lei eleitoral, e serão relaxadas normas para o pagamento de precatórios, passando a valer o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Alcântara, a negociação vai além destes dois pontos e a principal polêmica é o limite para comprometimento dos estados com pagamento de dívidas, hoje previsto em 11,5% da receita líquida. Alcântara diz que o acerto neste ponto dependerá do resultado da reunião com a equipe econômica. "Só depois do encontro poderemos falar algo", afirma, destacando que o Ministério da Fazenda não admitirá mexer em regras que alterem o conceito da dívida pública por exemplo. "Neste caso, a Fazenda não abre mão."



Lúcio Alcântara

O secretário de São Paulo diz que os empréstimos contraídos no exterior não deveriam compor o cálculo da dívida pública. "Na minha opinião o empréstimo externo deveria ser excluído do cálculo do déficit público, dado que o impacto sobre as variáveis macroeconômicas, em particular sobre o mercado de crédito é muito baixo", diz. Ele quer dizer que o déficit nominal representa uma necessidade de financiamento do governo, que ao ir ao mercado interno em busca de crédito pressiona as taxas de juros. No caso do empréstimo externo este

impacto sobre os juros seria pequeno. Uma saída para a questão dos precatórios proposta pelo secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas, "é agregar as dívidas judiciais à dívida dos estados para efeito da capacidade de endividamento de cada um". Isto dentro do conceito de não ultrapassar 11,5% da receita líquida. "O que não tem sentido é impedir o empréstimo que na maioria dos casos destina-se para projetos sociais e de infra-estrutura." O governo baiano negocia com o Bird empréstimo de US\$ 50 bilhões, com contrapartida do estado, para modernizar a rede hospitalar. O estado diz, no entanto, que não tem precatórios vencidos.

Com saldo de precatórios a pagar em torno de R\$ 320 milhões, Minas Gerais diz que não está exatamente pressionando a mudança na resolução, já que não tem empréstimo para sair de imediato, mas não vê com maus olhos uma abertura para que os estados possam financiar seus investimentos em infra-estrutura.

O secretário de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte, Lindolfo Neto de Oliveira Sales, diz que as dívidas judiciais do estado são de aproximadamente R\$ 30 mi-

lhões e os empréstimos em andamento somam US\$ 300 milhões. "O estado tem de pagar suas dívidas, mas a população também precisa de investimentos." Entre os projetos ameaçados, segundo ele, estão obras de saneamento em vários bairros da periferia de Natal.

Dall'Acqua também defende que existe um efeito positivo nestes empréstimos porque representam entrada de dinheiro no Brasil a custo baixo e são destinados a obras que geram emprego e, indiretamente, aumentam o consumo. "O governo federal é bastante sensível a este assunto e deverá junto com os estados encontrar uma solução que atenda ambos os lados".

Apesar das vantagens dos financiamentos obtidos com órgãos multilaterais, como BID e Bird, o professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibamec), Carlos Thadeu de Freitas, entende que qualquer aumento do estoque da dívida é indesejável. "A dívida já caminha para a insolvência e só existem duas saídas: aumentar o superávit primário e diminuir as taxas de juros". As duas são difíceis.

O problema, segundo ele, é que o superávit primário (resultado de receitas menos despesas, sem juros) tem contribuído muito pouco para amortizar o déficit nominal (que inclui juros). Ele faz a conta a partir da desvalorização do real: de fevereiro de 1999, a dezembro de 2001, a dívida pública aumentou R\$ 176,8 bilhões. A causa principal foram os juros, que significaram gastos de R\$ 163 bilhões, a desvalorização do real na dívida interna, mais R\$ 102,2 bilhões, dívida externa R\$ 9,8 bilhões e a inclusão de esqueletos R\$ 41,9 bilhões. Tudo somado resulta em despesas de R\$ 316,9 bilhões. O saldo positivo primário foi de R\$ 109,9 bilhões e as privatizações de R\$ 30,2 bilhões.

"A redução dos juros também não é tão simples e deve ser feita com calma para manter a estabilidade do dólar e dos preços", diz, lembrando que se o governo baixar muito os juros pode sair dinheiro do País, pressionando o câmbio. "No ano passado, por exemplo, o governo colocou muito papel indexado ao câmbio para manter a estabilidade do real. O que é ruim porque aumenta a dívida em dólar, mais um fator de pressão nas contas."

(Colaboraram: Maria José Quadros, de Salvador; Pedro Lobato, de Belo Horizonte; e Darlan Moreira, de Fortaleza).